CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 04 • Quarta-feira, 8 de abril de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

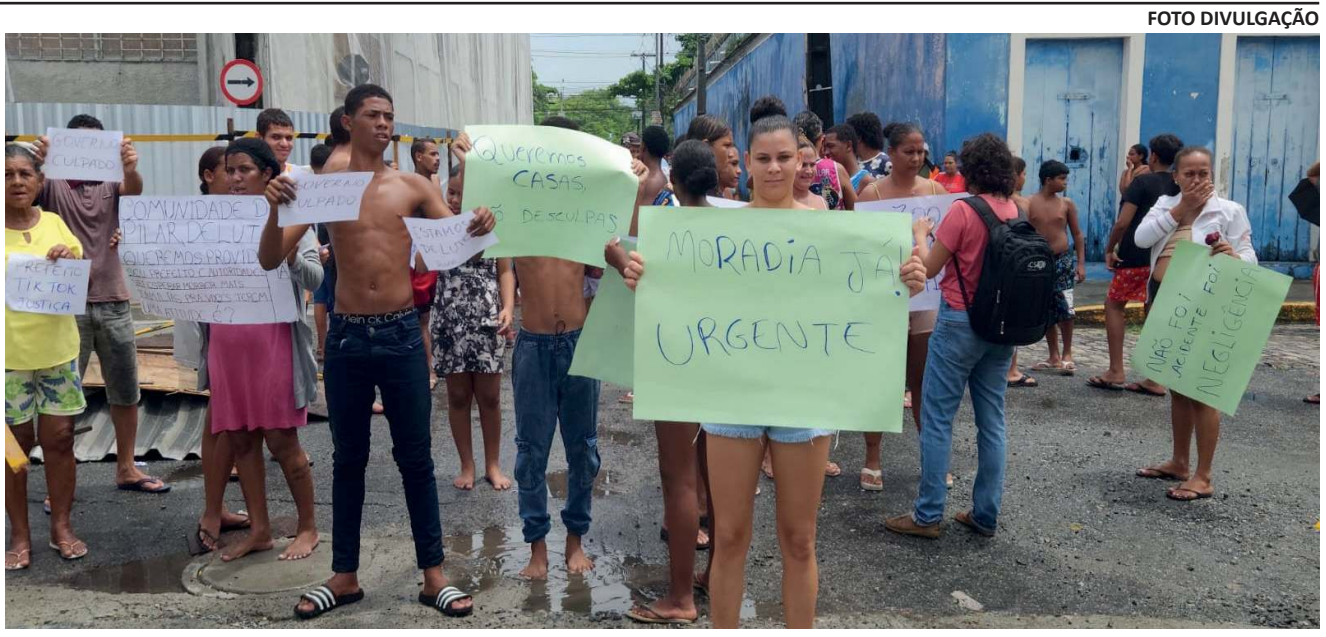
FOTO DIVULGAÇÃO



Desabamento no Pilar escancara a ausência de políticas habitacionais no Recife

A tragédia registrada na Comunidade do Pilar, no Bairro do Recife, não pode ser tratada apenas como mais um acidente provocado pelas chuvas. PÁG. 5

FOTO DIVULGAÇÃO



Após tragédia, moradores do Pilar protestam no Recife e cobram moradias prometidas há mais de 10 anos PÁG. 2

ARTIGOS

POR ANTÔNIO CAMPOS - ADVOGADO E ESCRITOR

Meio bilhão hoje, conta amanhã: quando a política antecipa dinheiro e adia problemas PÁG. 5



Após capivara morta em Boa Viagem, CPRH orienta população sobre convivência com animais silvestres PÁG. 3

Canal do Fragoso transborda de novo e população paga o preço da falta de solução PÁG. 2

Prazo para pedir isenção da taxa de inscrição no Enem começa no dia 13 PÁG. 3



Governo de Pernambuco anuncia mudanças no secretariado PÁG. 3



Semana Santa sem mortes nas rodovias federais de Pernambuco PÁG. 4

Após tragédia, moradores do Pilar protestam no Recife e cobram moradias prometidas há mais de 10 anos

Moradores da comunidade do Pilar, no Centro do Recife, realizaram um protesto nesta terça feira para cobrar moradias e ações do poder público após o desabamento de um casarão que deixou dois mortos e dois feridos. A manifestação ocorreu um dia depois da tragédia registrada na noite da segunda feira, quando parte de uma estrutura cedeu atingindo residências improvisadas na área.

Na tragédia, um casal morreu e outras duas pessoas ficaram feridas, sendo encaminhadas para o Hospital da Restauração, no bairro do Derby, área central da capital pernambucana. O episódio reacendeu críticas antigas dos moradores sobre a precariedade habitacional e a demora em projetos de urbanização na comunidade.

Durante o protesto, moradores bloquearam os dois sentidos da Avenida Cais do Apolo e utilizaram cartazes para chamar atenção das autoridades. A mobilização ocorreu nas proximidades da sede da Prefeitura do Recife. A Guarda Municipal foi acionada para acompanhar a manifestação.

Os moradores afirmaram que aguardam soluções habitacionais desde 2014 e denunciam abandono da comunidade. "Estamos aqui pelo direito de moradia. Auxílio de R$ 300 não é suficiente", afirmou a

FOTO DIVULGAÇÃO



dona de casa Jozinete Ferreira de Matos, de 57 anos, durante o protesto.

A moradora relatou ainda a demora nas promessas feitas ao longo dos anos. "Eles sempre falam que estão procurando empreiteira para fazer os conjuntos habitacionais. Também disseram que interditariam o galpão que caiu para fazer um mercado e nunca fizeram", declarou.

Após o desabamento, a Defesa Civil informou que 17 moradias próximas ao casarão deverão ser desocupadas por apresentarem situação irregular e alto grau de risco, o que aumentou a preocupação das famílias que vivem na área.

O protesto também evidenciou a situação de vulnerabilidade social na comunidade, onde diversas famílias vivem em construções improvisadas e em estruturas antigas. A tragédia reforçou a cobrança por políticas habitacionais e por maior fiscalização em áreas consideradas de risco no Centro do Recife.

Canal do Fragoso transborda de novo e população paga o preço da falta de solução

As chuvas dos últimos diaa voltaram a expor um problema antigo e ainda sem solução em Olinda. O Canal do Fragoso transbordou novamente, provocando alagamentos e transtornos para moradores, comerciantes e motoristas, especialmente em áreas como Jardim Atlântico, Jardim Fragoso e bairros próximos. A população ficou ilhada, ruas viraram rios e mais uma vez a rotina da cidade foi interrompida pela força da água e pela fragilidade da infraestrutura urbana.

FOTO: DAVI DE QUEIROZ/FOLHA DE PERNAMBUCO



O cenário, no entanto, não é novidade. Ano após ano, sempre que as chuvas chegam, o mesmo roteiro se repete. Casas invadidas pela água, prejuízos materiais, mobilidade comprometida e moradores convivendo com a insegurança de não saber até onde a água pode subir. O que deveria ser uma exceção virou rotina para quem vive nas áreas próximas ao canal.

O mais preocupante é que o problema do Canal do Fragoso é antigo e conhecido. O projeto de urbanização da bacia começou há mais de uma década, com promessas de reduzir alagamentos, melhorar a mobilidade e oferecer mais segurança à população. O plano previa lagoas de retenção, ampliação do canal, vias marginais e reassentamento de famílias que vivem em áreas de risco. Mesmo com investimentos elevados e obras divididas em etapas, a conclusão segue se arrastando ao longo dos anos.

Enquanto as obras não são concluídas, quem sofre é a população. A cada inverno, moradores convivem com o medo e a incerteza. Pequenos comerciantes acumulam prejuízos, trabalhadores têm dificuldade para sair de casa e estudantes enfrentam suspensão de aulas. A cidade para, e a vida de quem mora nas áreas afetadas fica em segundo plano.

Não se trata apenas de um problema causado pela chuva. Trata-se de falta de planejamento urbano, atraso em obras estruturantes e ausência de políticas públicas eficazes. As chuvas apenas escancaram uma deficiência histórica que continua sem solução definitiva.

É importante lembrar que Olinda não pode viver refém do inverno. Em uma região onde o período chuvoso é previsível, é responsabilidade do poder público investir em drenagem, infraestrutura e prevenção. Não é aceitável que, a cada ano, a população seja surpreendida por um problema que já é conhecido há décadas.

O Canal do Fragoso virou símbolo de promessas não cumpridas. Enquanto as obras seguem em ritmo lento, moradores seguem convivendo com o medo da próxima chuva. E quando ela chega, mais uma vez, quem paga a conta é a população.

Olinda precisa de soluções definitivas, não de medidas emergenciais. Porque quando o canal transborda, não é só a água que invade as ruas. É também a frustração de uma cidade que espera há anos por uma solução que nunca chega.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.



Governo de Pernambuco anuncia mudanças no secretariado

MIVA FILHO/SECOM



O Governo de Pernambuco divulgou, nesta segunda-feira (6), mudanças no secretariado de oito pastas. As alterações, que serão publicadas no Diário Oficial do Estado desta terça (7), envolvem as secretarias de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha (Semas); Turismo e Lazer (Setur); Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo (Sedepe); Mulher; Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas (SAS); e Mobilidade e Infraestrutura (Semobi).

Na Semas, Nathalie Mendonça, então secretária executiva da Causa Animal, assume a titularidade da pasta em substituição a Daniel Coelho. Já na Setur, João Lucas, secretário executivo de Infraestrutura do Turismo, passa a responder pela secretaria com a saída de Kaio Maniçoba, que retorna ao mandato de deputado estadual. Na pasta de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo (Sedepe), quem assume é Diogo Alexandre, ex-prefeito de Chã Grande.

Na Secretaria da Mulher, assume o cargo de titular a então secretária executiva Amanda Valença, substituindo Juliana Gouveia. Após a saída de Carlos Braga, a SAS passa a ser comandada por Andreza Pacheco. Já a Semobi fica sob a gestão de Pedro Neves, no lugar de André Teixeira Filho.

Além disso, Simone Nunes deixa a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e segue para a Secretaria de Projetos Estratégicos, enquanto Rodrigo Ribeiro passa a comandar a Seduh. No Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, o coronel Francisco Cantarelli deixa o comando-geral, sendo substituído pelo coronel Eduardo Araripe Pacheco de Souza.

"Os novos titulares já estavam no nosso governo e agora, em novas posições, continuarão o trabalho que está transformando a vida do povo de Pernambuco", destacou a governadora Raquel Lyra.

FOTO DIVULGAÇÃO



Após capivara morta em Boa Viagem, CPRH orienta população sobre convivência com animais silvestres

A morte de uma capivara no bairro de Boa Viagem, na Zona Sul do Recife, levou a Agência Estadual de Meio Ambiente a divulgar orientações à população sobre a convivência com animais silvestres em áreas urbanas. O caso aconteceu na madrugada da segunda feira e está sendo investigado pela Polícia Civil de Pernambuco, que tenta identificar o responsável pela agressão.

Segundo a CPRH, é fundamental manter distância das capivaras e evitar qualquer tipo de interação direta, mesmo quando os animais aparentam comportamento tranquilo. Por serem animais silvestres, eles podem reagir de forma agressiva ao se sentirem ameaçados, especialmente quando estão acompanhados de filhotes ou em situações de defesa.

O órgão ambiental também orienta que, ao encontrar capivaras em parques, ruas ou outros espaços públicos, a população deve apenas observar à distância, evitando contato físico, tentativa de alimentar os animais ou qualquer aproximação. Além de interferir no comportamento natural da espécie, a interação pode representar riscos à saúde das pessoas.

Entre as preocupações destacadas pela CPRH está a possibilidade de transmissão de doenças, como a febre maculosa, associada a parasitas que podem estar presentes nesses animais. Por isso, a recomendação é não tocar e não oferecer alimento às capivaras, contribuindo para uma convivência mais segura e responsável com a fauna silvestre.

A agência também destacou a importância ecológica da espécie. As capivaras desempenham papel relevante na manutenção de áreas alagadas e no controle da vegetação aquática, sendo consideradas fundamentais para o equilíbrio ambiental.

ENTENDA O CASO

Uma capivara foi morta a pauladas por um homem na Rua Professor Augusto Lins de Silva, em Boa Viagem. O crime ocorreu por volta de 1h10 da madrugada e foi registrado por câmeras de segurança da região. As imagens mostram o suspeito correndo pela via, desviando de carros estacionados e, em seguida, desferindo golpes contra o animal.

As agressões duraram cerca de um minuto e foram presenciadas por moradores, que reagiram com gritos e ameaçaram acionar a polícia. Após o ataque, o homem fugiu do local e ainda não foi identificado. A Delegacia de Polícia do Meio Ambiente iniciou diligências para localizar o suspeito e esclarecer o caso.

O episódio reacendeu o debate sobre a presença crescente de animais silvestres em áreas urbanas do Recife e a necessidade de conscientização da população sobre a convivência com a fauna local. Especialistas apontam que o avanço urbano e a redução de habitats naturais contribuem para que espécies como capivaras passem a circular com maior frequência em bairros da capital pernambucana.

Prazo para pedir isenção da taxa de inscrição no Enem começa no dia 13



Os interessados em pedir a isenção de pagamento da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio de 2026 deverão acessar a Página do Participante do Enem para fazer a solicitação no período de 13 a 24 de abril. O acesso deve ser feito com o login único da plataforma de serviços digitais do governo federal, o Gov.br.

O prazo também vale para os candidatos que precisam justificar a ausência na edição do ano passado para participar do Enem 2026 gratuitamente.

As regras e os prazos estão descritos em edital publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no último dia 1º.

O período oficial de inscrições do Enem 2026 ainda será divulgado pelo Ministério da Educação (MEC).

Quem pode pedir a isenção

O Inep prevê a gratuidade na inscrição do exame para os seguintes solicitantes:

Matriculados no 3º ano do ensino médio em escola pública, em 2026; estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública ou como bolsistas integrais em escola privada e que possuam renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio; pessoas de baixa renda com registro no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico); beneficiários do programa Pé-de-Meia, do MEC.

As pessoas que se enquadram nesses perfis devem solicitar a dispensa do pagamento da taxa, pois a isenção não é automática.

O Inep destaca que o participante que integra uma família inscrita no CadÚnico precisa estar com a situação cadastral regular para solicitar a isenção da inscrição no Enem. A falta de atualização no CadÚnico pode levar ao indeferimento do pedido para fazer as provas de graça.

RESULTADOS

Os resultados das solicitações de isenção da taxa de inscrição serão divulgados pelo Inep em 8 de maio.

Os solicitantes com pedidos de isenção negados pela autarquia poderão entrar com recurso administrativo entre 11 e 15 de maio. Os resultados definitivos dos recursos serão conhecidos em 22 de maio.

NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO

O edital do Inep esclarece que ter a aprovação da isenção de pagamento da taxa de inscrição não garante a inscrição no Enem 2026.

Os interessados em participar da edição deste ano do exame, isentos ou não, deverão realizar a inscrição na Página do Participante.

O ENEM

O exame é a principal prova para ingressar no ensino superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e de iniciativas federais como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Desde a edição de 2025, o Exame Nacional do Ensino Médio voltou a certificar a conclusão desta etapa de ensino para os candidatos que têm 18 anos completos e também alcançam a pontuação mínima em cada área do conhecimento das provas e na redação.

Os resultados individuais do Enem também podem ser aproveitados nos processos seletivos de instituições de ensino superior de Portugal que têm convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para aceitar as notas do exame.

FOTO DIVULGAÇÃO



Semana Santa sem mortes nas rodovias federais de Pernambuco

Pela primeira vez não foram registradas mortes nessa operação no estado; mais de mil imagens de radar foram registradas

Entre os dias 2 e 5 de abril, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) intensificou a fiscalização do trânsito, as ações educativas e de combate ao crime na Operação Semana Santa em Pernambuco. Pela primeira vez não foram registradas mortes nessa operação no estado. O número de feridos e sinistros também reduziu em relação ao mesmo período do ano anterior

Neste ano, foram atendidos 32 sinistros, que deixaram 38 pessoas feridas e nenhuma morte. A operação do ano anterior coincidiu com o feriado de Tiradentes e teve um dia a mais de duração. Em 2025, foram registrados 47 sinistros, com 55 feridos e sete mortes.

Em 2026, foram fiscalizados 3.399 veículos e 4.606 pessoas, emitidas 2.102 autuações e recolhidos 153 veículos irregulares. O excesso de velocidade foi a infração mais verificada durante a operação, com 1.317 imagens de radar. A fiscalização das ultrapassagens em local proibido resultou em 174 autuações e transitar pelo acostamento gerou 125 autuações.

O não uso do cinto de segurança (95), falta do capacete (63) e da cadeirinha (33) foram outras infrações verificadas. Já no combate à embriaguez, foram realizados 2.891 testes com o bafômetro, que resultaram em 35 autuações e duas prisões de motoristas sob efeito de álcool.

As ações educativas alcançaram 5.405 pessoas através de ações de fiscalização dirigida, Pedal Legal e palestras. O Núcleo de Operações Aéreas, que atua com o SAMU Metropolitano Recife, realizou seis resgates aeromédicos.

Para prevenir colisões graves, foram retirados 28 animais de grande porte que estavam soltos nas rodovias. As equipes também prestaram auxílios a 117 motoristas que tiveram problemas com os veículos durante a viagem

As atividades de combate ao crime reforçaram a segurança nas rodovias. Dez pessoas foram detidas por receptação, adulteração de sinal identificador de veículo, crimes ambientais e com mandados de prisão em aberto.

Pernambuco registra 22 mil trotes para serviços de emergência em 2026 e acende alerta na segurança pública

Pernambuco registrou cerca de 22 mil trotes para os serviços de emergência apenas nos três primeiros meses de 2026, segundo dados da Secretaria de Defesa Social. As ligações falsas foram direcionadas principalmente para os números 190, da Polícia Militar, e 193, do Corpo de Bombeiros, comprometendo o atendimento de ocorrências reais e mobilizando equipes de forma desnecessária.

O levantamento aponta que o estado teve média mensal de 7,3 mil trotes no primeiro trimestre deste ano, número superior ao registrado no mesmo período de 2025, quando foram contabilizadas 14,5 mil ligações falsas. Com isso, houve aumento de aproximadamente 2,3 mil casos por mês em relação ao ano anterior, segundo o gerente geral do Centro Integrado de Operações de Defesa Social, coronel Alexandre Tavares.

Mesmo com a alta no início de 2026, o número ainda é inferior ao registrado em anos anteriores. Em 2023, Pernambuco contabilizou 166 mil trotes, considerado o maior volume recente. Já em 2024 foram 92 mil registros e, em 2025, 54 mil ligações falsas, indicando uma redução gradual nos últimos anos.

Segundo a Secretaria de Defesa Social, a diminuição observada ao longo do período está relacionada a campanhas de conscientização e também à redução no volume total de ligações recebidas pelas centrais de emergência. "Em 2024, a gente teve cerca de 2,5 milhões e, em 2025, esse número baixou para 1,8 milhão", afirmou o coronel Alexandre Tavares.

Ele acrescentou que o volume de chamadas voltou a crescer neste ano. "Já no primeiro trimestre de 2026, temos cerca de 500 mil ligações, que se seguir a mesma lógica, chegará a 2 milhões no final do ano, por isso esse aumento nos primeiros três meses", explicou.

FOTO DIVULGAÇÃO



Apesar de a legislação estadual prever punições para esse tipo de prática, os trotes continuam sendo registrados com frequência. Desde 2020, a lei prevê multa de R$ 1 mil e suspensão da linha telefônica para quem realizar ligações falsas, além de outras penalidades administrativas.

Os trotes são considerados um problema operacional para as forças de segurança, já que podem deslocar viaturas e equipes para ocorrências inexistentes, aumentando o tempo de resposta em situações reais e impactando diretamente o atendimento à população.

Operação Mercador cumpre 18 mandados e mira grupo suspeito de corrupção de menores e adulteração de veículos em PE e CE

FOTO DIVULGAÇÃO



A Polícia Civil de Pernambuco deflagrou, na manhã desta terça feira, a Operação Mercador, com o objetivo de desarticular um grupo criminoso investigado por corrupção de menores e adulteração de sinal identificador de veículos automotores. Ao todo, foram cumpridos 18 mandados judiciais, sendo seis de prisão e 12 de busca e apreensão domiciliar, expedidos pelo Juízo das Garantias da Vara Criminal da Comarca de Serrita.

A operação foi realizada simultaneamente em municípios de Pernambuco e do Ceará, demonstrando a atuação interestadual do grupo investigado. Em Pernambuco, as diligências ocorreram nas cidades de Salgueiro, Cedro, Cabo de Santo Agostinho e Cachoeirinha. Já no Ceará, os mandados foram cumpridos em Jardim e Crato.

De acordo com a Polícia Civil, as investigações começaram em março de 2025, a partir da identificação de indícios de atuação do grupo em crimes relacionados à utilização de menores de idade em atividades ilícitas, além de fraudes envolvendo veículos com sinais identificadores adulterados. A apuração avançou ao longo de mais de um ano, com levantamentos de inteligência, monitoramento e coleta de provas que permitiram a solicitação das medidas judiciais cumpridas nesta terça feira.

Para a execução da operação, foram mobilizados cerca de 50 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães, com apoio da Diretoria de Inteligência da Polícia Civil de Pernambuco e da Polícia Civil do Ceará. As equipes atuaram de forma coordenada para cumprir simultaneamente os mandados e evitar a fuga de suspeitos ou destruição de provas.

A Polícia Civil informou que a investigação busca esclarecer a estrutura do grupo, a divisão de tarefas entre os investigados e a possível ligação com outros crimes. Além disso, os agentes pretendem identificar a origem dos veículos adulterados e verificar se há ramificações da organização criminosa em outras cidades da região.

Até o momento, não foram divulgados detalhes sobre o número de prisões efetivamente realizadas, nem sobre materiais apreendidos durante a operação. A corporação informou que novas informações deverão ser divulgadas após a conclusão das diligências e análise do material recolhido.

A Operação Mercador integra as ações de repressão qualificada da Polícia Civil de Pernambuco e reforça a estratégia de combate a crimes que envolvem organizações estruturadas e atuação interestadual. A investigação também destaca a preocupação das autoridades com o aliciamento de menores de idade para práticas criminosas, situação que amplia o impacto social das ações investigadas.

ARTIGO (*) POR ANTÔNIO CAMPOS

Meio bilhão hoje, conta amanhã: quando a política antecipa dinheiro e adia problemas

FOTO DIVULGAÇÃO



A decisão de buscar a antecipação de cerca de meio bilhão de reais junto a bancos privados para reforçar o caixa da Prefeitura do Recife levanta um debate necessário e urgente: até que ponto essa prática representa responsabilidade administrativa ou apenas uma manobra política em ano eleitoral?

A antecipação de receitas futuras não é novidade na política brasileira. Trata-se de uma estratégia conhecida, usada por gestores quando o caixa aperta e a necessidade de apresentar resultados imediatos cresce. Na prática, funciona como um empréstimo disfarçado: o dinheiro entra agora, mas o compromisso fica para o futuro. E, como quase sempre acontece, quem assume essa conta é a população.

O que torna a situação ainda mais sensível é o momento político. A gestão municipal passa por uma transição após a saída do prefeito João Campos para disputar o Governo de Pernambuco, deixando o comando da cidade com o vice-prefeito Victor Marques. Em cenários assim, decisões financeiras de grande impacto ganham ainda mais peso, pois não afetam apenas o presente, mas também a estabilidade da administração nos próximos anos.

Antecipar meio bilhão de reais não é uma medida trivial. É uma decisão que compromete receitas futuras, reduz a capacidade de investimento das próximas gestões e cria um efeito dominó nas finanças públicas. Quando se utiliza hoje o dinheiro que ainda não entrou, o futuro passa a ser administrado com menos recursos e mais limitações.

E a pergunta que surge é inevitável: por que recorrer a essa medida agora?

Se a situação financeira é tão delicada a ponto de exigir uma antecipação dessa magnitude, isso levanta dúvidas sobre a saúde fiscal da gestão municipal. Afinal, o Recife é uma das capitais mais importantes do Nordeste, com arrecadação significativa e papel estratégico na economia regional. Como uma cidade desse porte chega a um cenário em que precisa antecipar meio bilhão para manter o equilíbrio financeiro?

Outro ponto que chama atenção é o contexto eleitoral. Historicamente, anos de eleição costumam vir acompanhados de aumento de investimentos, inaugurações, anúncios e obras. Não se trata apenas de gestão pública, mas também de disputa política. Mais recursos disponíveis significam mais capacidade de execução, mais visibilidade e, consequentemente, mais capital político.

Isso não significa necessariamente irregularidade. A antecipação de receitas é legal. Mas legalidade não significa necessariamente prudência. Existe uma diferença clara entre administrar com responsabilidade e recorrer a medidas emergenciais que podem comprometer o futuro.

A cidade enfrenta desafios profundos e históricos. O Recife convive com problemas crônicos de mobilidade urbana, áreas de risco, desigualdade social, déficit habitacional e infraestrutura precária em diversas comunidades. Essas questões exigem planejamento de longo prazo, investimentos estruturais e continuidade administrativa. Não se resolvem com injeções temporárias de recursos obtidos por antecipação.

Além disso, há um aspecto político importante: decisões financeiras dessa dimensão deveriam ser amplamente discutidas com a sociedade. Transparência é fundamental quando se trata de comprometer receitas futuras. A população precisa saber quais serão os impactos, quais áreas receberão investimentos e quais compromissos serão assumidos.

Antecipar receitas pode até aliviar o caixa no curto prazo, mas não resolve problemas estruturais. Pelo contrário, pode criar uma falsa sensação de estabilidade, mascarando dificuldades financeiras que, mais cedo ou mais tarde, voltarão à tona.

O risco é transformar uma solução emergencial em prática recorrente. Quando isso acontece, a administração pública passa a depender de antecipações para manter o funcionamento básico, criando um ciclo perigoso de endividamento indireto e perda de autonomia financeira.

O Recife precisa de planejamento, não de improviso. Precisa de responsabilidade fiscal de longo prazo, não de medidas que aliviam o presente e comprometem o futuro. Precisa de decisões técnicas, não de estratégias políticas.

Antecipar meio bilhão de reais pode até resolver o problema imediato. Mas a pergunta que permanece é simples e inevitável: quem vai pagar essa conta amanhã?

Porque, na política, não existe dinheiro antecipado sem custo. Existe apenas o futuro sendo usado antes da hora.

E quando o futuro chega, a conta sempre aparece.



ARTIGO (*) POR ANTÔNIO CAMPOS

Desabamento no Pilar escancara a ausência de políticas habitacionais no Recife

FOTO: RACHEL ANDRADE/LEIAJÁ



A tragédia registrada na Comunidade do Pilar, no Bairro do Recife, não pode ser tratada apenas como mais um acidente provocado pelas chuvas. O desabamento que deixou vítimas expõe, mais uma vez, uma realidade dura e conhecida: a ausência de políticas públicas eficazes de habitação que empurra famílias inteiras para viver em locais improvisados, insalubres e extremamente perigosos. Não se trata apenas de uma fatalidade, mas de uma tragédia anunciada, construída ao longo do tempo pela negligência e pela falta de planejamento urbano e social.

Quando estruturas antigas, prédios abandonados e áreas deterioradas se transformam em moradia, isso não acontece por escolha, mas por necessidade. São pessoas que não têm para onde ir, que não conseguem pagar aluguel, que não encontram programas habitacionais acessíveis e acabam ocupando qualquer espaço disponível, mesmo que isso represente risco à própria vida. A Comunidade do Pilar é apenas mais um retrato de uma situação que se repete em diversas áreas do Recife, especialmente no centro da cidade, onde prédios históricos abandonados convivem com famílias vivendo em condições precárias.

O mais preocupante é que essa realidade é conhecida. O poder público sabe onde estão as áreas de risco. Sabe quais imóveis estão deteriorados. Sabe onde existem ocupações improvisadas. Ainda assim, a atuação preventiva muitas vezes não acontece com a urgência necessária. As ações costumam ocorrer apenas depois da tragédia, quando vidas já foram perdidas e famílias destruídas. Nesse cenário, a sensação que fica é de abandono e de falta de prioridade para quem mais precisa.

A tragédia da Comunidade do Pilar também escancara outro problema cada vez mais visível nas ruas do Recife: o aumento da população em situação de rua. Basta caminhar pelo centro da cidade para encontrar pessoas dormindo sob marquises, nas calçadas, em praças e em áreas abandonadas. Muitos desses espaços acabam se tornando pontos de vulnerabilidade social, com presença de usuários de drogas, falta de assistência social e ausência de políticas públicas estruturadas para acolhimento e reinserção dessas pessoas na sociedade.

Essa realidade não pode ser ignorada. O crescimento da população em situação de rua é reflexo direto da desigualdade social, do desemprego, da falta de políticas habitacionais e também da ausência de políticas públicas voltadas para saúde mental e dependência química. Sem uma estratégia integrada que envolva assistência social, habitação, saúde e segurança, o problema tende a crescer e se agravar, ampliando a vulnerabilidade de quem já vive à margem.

O centro do Recife, que deveria ser símbolo de revitalização e desenvolvimento, apresenta um cenário contraditório. De um lado, investimentos em turismo e requalificação urbana. De outro, prédios abandonados, ocupações improvisadas e pessoas vivendo em condições extremamente precárias. Revitalizar uma cidade não é apenas restaurar fachadas ou recuperar espaços turísticos. Revitalizar é cuidar das pessoas que vivem nesses locais. É garantir dignidade, segurança e qualidade de vida.

A falta de políticas públicas eficazes para habitação popular é um dos principais fatores que alimentam esse ciclo de vulnerabilidade. Muitas famílias vivem anos esperando por programas habitacionais, enquanto continuam morando em locais perigosos. Outras sequer conseguem acesso aos programas existentes, seja por burocracia, falta de informação ou insuficiência de vagas. Enquanto isso, a cidade segue crescendo de forma desigual, deixando para trás justamente quem mais precisa de apoio.

Outro ponto que precisa ser debatido é a fiscalização de imóveis abandonados e deteriorados. Muitos desses prédios representam risco estrutural e, mesmo assim, permanecem sem intervenções adequadas. Alguns acabam sendo ocupados por famílias sem alternativa. Outros continuam deteriorando, aumentando o perigo de desabamentos, especialmente em períodos de chuva intensa. A prevenção, nesses casos, poderia evitar tragédias e salvar vidas.

É importante destacar que a responsabilidade não pode ser apenas emergencial. Não basta agir depois do desastre. É preciso investir em políticas permanentes, com planejamento de longo prazo, mapeamento de áreas de risco, ampliação de programas habitacionais e fortalecimento da assistência social. Sem essas medidas, a cidade continuará convivendo com tragédias que poderiam ser evitadas.

A tragédia da Comunidade do Pilar precisa servir como alerta. Não apenas para a gestão municipal, mas para toda a sociedade. Cada pessoa vivendo em um prédio abandonado, cada família morando em áreas improvisadas, cada cidadão dormindo sob uma marquise representa um sinal de que algo não está funcionando. São vidas expostas ao risco diário, aguardando uma solução que muitas vezes demora a chegar.

Não é apenas uma questão urbana, é uma questão humanitária. A cidade que não cuida dos mais vulneráveis acaba construindo desigualdades profundas e perigosas. E quando essas desigualdades se transformam em tragédias, não são apenas estruturas que desabam. São sonhos interrompidos, famílias destruídas e vidas perdidas.

O Recife precisa enfrentar esse debate com seriedade e urgência. É necessário transformar a dor em ação, a tragédia em aprendizado e o abandono em política pública eficaz. Porque enquanto pessoas continuarem vivendo em condições precárias, novas tragédias continuarão sendo possíveis. E cada nova tragédia não será apenas um acidente, mas o reflexo de uma ausência que custa caro demais: a ausência de políticas públicas que garantam dignidade, segurança e moradia para todos.